

Legados do Projeto do Porto Maravilha:

verticalidades e Horizontalidades
nas disputas territoriais

Porto Maravilha Project Legacies:
Verticalities and Horizontalities
in territorial disputes

JULIA SANTOS COSSERMELLI DE ANDRADE

Professora do curso de Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-Maracanã), Doutora em cotutela pela Universidade de São Paulo (USP) e Paris 1 Panthéon Sorbonne. Estágio pós-doutoral pelo Centro de Estudos da Metrópole CEM-CEBRAP
juliadeandrade@gmail.com

MILENA PAULA DE MELO

Doutoranda do Programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UERJ, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-PPGEO/UERJ. Pesquisa as intervenções urbanas e a produção de narrativas midiáticas na região portuária no Rio e esteve sob orientação do professor Gilmar Mascarenhas
milenapmelo@gmail.com

RESUMO: O artigo discute os legados deixados na região do Porto Maravilha após a passagem ruidosa dos Mega Eventos na cidade do Rio de Janeiro. Aborda a disputa de narrativa, os interesses conflitantes e através dos conceitos de verticalidade e horizontalidade propostos pelo geógrafo Milton Santos.

PALAVRAS-CHAVE: Porto Maravilha. Cais do Valongo. Verticalidades e Horizontalidades. Memória negra. Sítios de Memória Sensível.

ABSTRACT: This article discusses the legacies left in the Porto Maravilha region after noisy passing of the megaevents in the city of the Rio de Janeiro. It discusses, the narrative disputes, the conflicting interests and through the concepts of verticality and horizontality proposed by the geographer Milton Santos.

KEYWORDS: Porto Maravilha. Valongo Wharf. Verticalities and Horizontalities. Black Memory. Sensitive Memory Sites.

Umas palavras ditas e outras escritas e um imenso silêncio — uma introdução

Talvez uma das coisas mais raras nos dias de hoje seja a conversa. Digo a conversa mesmo, sem finalidade definida a não ser pelo prazer de ouvir uma opinião de quem você tem apreço. Sem a necessidade de convencer, nem muito menos vencer um debate. Conversa implica em escuta. Conversa prescinde de espaço de fala e experimentação. Carrega a possibilidade de apresentação de sonhos e devaneios. É passível o cambio de opinião durante o percurso de troca. Nos dias presentes, a conversa desaparece quando dá lugar apenas às falas carregadas de certezas e de convicções. No atual momento, se anula o direito à dúvida e nasce um desejo ardente de eliminar opiniões diversas das defendidas. Conversa-se pouco, eu penso, nos dias atuais. Discute-se, se evangeliza, se doutrina. E talvez resida, justamente aí, nosso imenso sentimento de solidão.

Esse texto nasceu de conversas. Várias, espalhadas em encontros cotidianos nos últimos cinco anos entre o Gilmar, a Milena e eu. Ele, professor experiente da UERJ, que construía um caminho inédito de pesquisa e questionamentos. Possuía um percurso acadêmico (leituras, autores de referência e posicionamento político) muito próximo ao meu. Isso permitiu que, quando eu ingressei nesta universidade como docente, em 2014, nosso diálogo ganhasse novas possibilidades. Tanto ele quanto eu carregávamos dúvidas sobre quais os legados o Rio de Janeiro iria receber no final da “festa” que estava sendo construída. Os Jogos Olímpicos e a Copa traziam um conjunto de promessas que, para quem vem investigando experiências semelhantes em outros lugares, eram fantasiosas. Mas como essa nova realidade iria se instalar aqui? Quais os preços pagos — financeiros e sociais — no presente e no futuro? Que cidade teríamos em 2020? Nosso jeito de conversar se deu no trabalho conjunto. Ele me convidou para ministrar com ele uma disciplina na pós-graduação da UERJ para que pudéssemos discutir alguns textos com os alunos de mestrado e doutorado. A intenção era conversar mesmo, não ocultar opiniões diversas, não aplainar diferenças e deixar explícitos os confrontos dos lugares de observação tanto nossas como as dos alunos e alunas. E, conjuntamente a esse esforço, notamos que necessitávamos conhecer mais um autor que poderia nos oferecer um caminho de método, um conjunto de conceitos capazes de nos ajudar a compreender as contradições do espaço geográfico do presente. Para isso, oferecemos, mais uma vez juntos, uma disciplina apenas dedicada exclusivamente à leitura de

Milton Santos. Foram duas experiências maravilhosas para mim e, imagino, para ele também. A conversa seguiu ocupando também as bancas dos alunos que o Gilmar orientava e que eu tive o prazer de participar. Uma destas alunas era a Milena. Ela se dedicava, justamente, ao estudo que eu vinha tratando desde 2009: Porto Maravilha, as reformas e as estratégias de marketing cultural que sustentam o projeto urbano. Na banca de qualificação a conversa foi boa, muito boa. A Milena passou a ser, desde então, uma parceira de reflexão.

Quando o Gilmar planejou esse presente dossiê e me convidou para compor a equipe com um artigo, ele me pediu para escrever em parceria com a Milena. Eu avaliei e decidi escrever sozinha. Não porque a troca não se anunciasse boa, mas porque, em tempos de escrita rápida, de artigos em quantidade para atender as cobranças crescentes, “conversar” seria uma “deseconomia” perigosa. O Gilmar morreu deixando um conjunto de sonhos, de projetos e de conversas ainda por realizar. Nos dias que se seguiram à tragédia, eu me dei conta de que o ramalhete de flores que eu poderia deitar sobre seu caixão era, justamente, a conversa como ele me pedia: em torno de Milton Santos, dos legados que estudávamos e um texto escrito a quatro mãos com a Milena. Nosso esforço não é senão esse. Uma conversa com palavras ditas e escritas, mas que, como sabemos, não teremos nenhuma resposta além do silêncio do amigo e professor. Entendam assim esse esforço de Milena e meu.

Parte 1: Projeto, promessas e os interesses encontrados no DNA do Porto Maravilha

A metáfora pode ser esclarecedora. Investigar o DNA do Porto Maravilha (PM) talvez nos revele suas contradições e seus impasses atuais. A intervenção na zona portuária do Rio carrega um conjunto de características próprias: é um dos maiores projetos urbanos em termos de área, com mais de 5 milhões de metros quadrados, e está sendo executado através de um conjunto inédito de normativas. Trata-se da maior Parceria Público Privada (PPP) que temos notícias no país. Para o funcionamento deste empreendimento, foi criado um consórcio de empresas para que fossem executadas as obras e a administração do projeto. Trata-se do Consórcio Porto Novo, que é formado pelas construtoras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia. Para a fiscalização das obras, criou-se uma empresa de economia mista; a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP). Porém, não são

apenas essas particularidades que fazem do projeto do Porto Maravilha uma exceção. Foi criada, através de uma Lei Municipal n. 101/2009, uma Operação Urbana Consorciada em Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, que permitiu que o poder público negociasse o potencial construtivo do solo urbano através da venda de títulos. Experiência já conhecida em São Paulo, os chamados CEPACs, foram vendidos através de ações negociadas na Bolsa de Valores da BOVESPA. Porém, diferentemente das ações vendidas das Operações Urbanas paulistanas, no caso carioca a totalidade dos títulos foi comprada por um único banco público. A Caixa Econômica Federal, através dos recursos oriundos do Fundo de Garantia dos Trabalhadores (FGTS), adquiriu em 2011 todos os 6,4 milhões de CEPACs em um único lote, pagando por eles, na época, R\$ 3,5 bilhões¹. Todos esses procedimentos, acreditava-se, poderiam oferecer uma garantia inédita às empresas para que investissem na revalorização da área. Porém não foi isso que ocorreu, pelo menos até agora².

Outra característica muito particular deste projeto é seu “interesse anunciado”. Seguindo os modelos internacionais, o projeto do Rio se assemelha muito aos demais projetos de refuncionalização urbana de centros (ANDRADE, 2007). São feitas melhorias nos calçamentos, jardins e vias públicas. São modernizados os diferentes modais, dando uma maior fluidez para a mobilidade urbana na área selecionada. São implementadas ciclovias (sempre ecológicas e verdes) e linhas de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), e se investe na revalorização simbólica da área através de um conjunto de novos equipamentos de cultura que carregam em si um gigantesco poder de marketing urbano. Tratam-se de museus, centros culturais ou Aquários que, mais do que preservar um acervo artístico específico, se destacam como um projeto arquitetônico de grande envergadura. Um urbanismo baseado em grandes monumentos assinados por arquitetos de um seletíssimo grupo de renome internacional Como Otília Arantes (2000) analisou, é um modelo de grandes fachadas, com um culturalismo de mercado, um urbanismo acintosamente corporativo, gentrificações crescentes e muita animação 24 horas.

O que estamos tentando dizer é que o Porto Maravilha não foi um projeto construído em torno da preservação do patrimônio histórico e da memória. Foi, antes de tudo, um empreendimento que visou revalorizar uma área deteriorada urbanisticamente e ocupada por uma população empobrecida. Em um grande número de projetos de reabilitação de centros históricos no Brasil, podemos reconhecer que o discurso de sustentação está baseado em estratégias de preservação arquitetônica dos imóveis antigos da região.

Casos como o de São Luís, de Recife e de Salvador se tornaram icônicos. Tanto os projetos que se instalaram via políticas do IPHAN com o Programa Monumenta (que viabilizava um conjunto de financiamentos para reforma e restauro de imóveis privados), como os demais exemplos de financiamento para imóveis públicos e arredores. Muitas vezes empreendido por sujeitos genuinamente preocupados com a preservação histórica do sítio, essas cidades foram sendo tomadas por interesses comerciais e especulativos que, em muitos casos, camuflou os reais interesses de gentrificação, valorização e expulsão de moradores pobres das áreas centrais em nome de uma “revitalização cultural”. Esse tema vem sendo debatido há mais de uma década (LEITE, 2007; JOSÉ, 2007; ARANTES, 2000 e 2001; ANDRADE, 2007). É o que Arantes indicava já no final dos anos 1990 como uma estratégia dos governos locais em retomarem velhas falas de reativação social, mas em novo registro:

O da animação cultural, acompanhando-as, portanto, de estratégias de outro tipo: o de políticas preservacionistas. Dizem estar recuperando valores esquecidos, consolidando tradições e reconquistando identidades locais — de fato, na maioria dos casos, se está a montar cenários de uma sociabilidade fictícia e a recuperar para as camadas sociais privilegiadas seus velhos centros, cuja deterioração tornara inóspitos. (ARANTES, 2001³).

Ou seja, em nome de uma preocupação em preservar a história e a memória de uma região se articulam projetos que viabilizam reformas e reabilitações urbanas. Em muitos casos se aposta quase exclusivamente no incremento econômico via turismo. E, na maioria das vezes, o que se deseja é um processo de gentrificação com a retirada dos moradores pobres via expulsão dos moradores de rua ou de cortiços ou pela segregação via mercado com os sucessivos aumentos das taxas, seja de aluguel e IPTU, seja com o encarecimento dos comércios locais, como mercados e restaurantes que acabam por inviabilizar a permanência dos mais pobres. Tudo isso em nome do antigo, da memória e da tradição. Mas essa não nos parece ser a estratégia central do PM, pelo menos não num primeiro momento.

O que estamos querendo demonstrar é que existem dois grupos de projetos de refuncionalizações⁴ de áreas centrais. Um deles erguido sobre o discurso da preservação arquitetônica, da história, do patrimônio material e imaterial e da memória, que vamos chamar aqui de reabilitação. Contudo existe um seguindo grupo de projetos urbanos que, mesmo localizados

em áreas históricas — como a região portuária do Rio — não se consolidou através de um discurso da preservação. Muito pelo contrário: toda justificativa deste projeto presente nos discursos das autoridades, nos panfletos publicitários e nas reportagens estava baseada nos “novos usos do solo”, “atração de novos moradores e usuários”, “criação de um novo polo turístico”, “recuperação da infraestrutura para reintegrá-la à cidade”, “atração de grandes empresas de tecnologia e inovação”, incremento das atividades portuárias de carga e turismo. Chamaremos esses casos de projetos de modernização e revalorização, pois são, antes de tudo, projetos que visam valorizar os territórios atendendo às demandas do mercado. Instaura-se um conjunto de equipamentos que vão atender exclusivamente aos interesses do capital, das grandes empresas, da especulação imobiliária e fundiária, enfim aos interesses dos agentes hegemônicos, sem se apoiar nos valores históricos dos edifícios ou das memórias sociais da região.

Tanto nos modelos de reabilitação (preservação histórica, de memória) quanto nos de modernização (pautado na mudança de feição do bairro) devemos reconhecer, estão implícitos o desejo de troca de população, seja de moradores ou de usuários no conhecido processo de gentrificação. Em ambos os casos há um desejo de construção de bairros destinados ao lazer e ao entretenimento das classes sociais capazes de pagar pelas novas amenidades ali localizadas. Mesmo que possamos listar aqui esforços vigorosos em alguns projetos no sentido de amenizar a expulsão completa dos moradores e usuários mais pobres, o que notamos é um conflito profundo que se instala, inclusive, dentro dos órgãos formuladores das políticas. O que talvez seja revelador para o entendimento destes conflitos é o propósito central que cada um destes diferentes projetos carrega. No caso do Porto Maravilha, é a modernização do território para atender as demandas das empresas internacionais. Acreditamos que essa diferença pode ser reveladora das disputas hoje em jogo, pois, no momento da realização efetiva do projeto, as prioridades ficaram deflagradas. E, sobretudo, diante das crises, o que não era “central e primordial”, desde o seu DNA, é esquecido sem nenhuma discussão.

Parte 2: Verticalidades e Horizontalidades: um passado de violências que aflorou das pedras do chão

As reformas estavam aceleradas e a velocidade das obras atendia exclusivamente às regras impostas pelos grandes eventos (Copa do Mundo e, sobre-

tudo, os Jogos Olímpicos). Em breve, anunciavam os jornais, os estrangeiros chegariam e a cidade precisava estar pronta para recebê-los. Tal qual uma família que prepara a casa para receber as visitas, escondendo como pode suas bagunças da vida cotidiana, a política urbana se submeteu a essa finalidade exclusivamente. O Porto Maravilha seria lugar das modernizações, sem sombra de dúvida. Contudo, ao abrirem os calçamentos, brotou no fundo da terra uma história escondida que alterou significativamente o andamento do projeto. É como se a dor guardada nas pedras do chão, o sangue negro escorrido, as lágrimas e seus silêncios voltassem à luz do dia, como uma revanche. Essa imagem é inquietante. Um passado que julgávamos morto, voltou a gritar... guardemos essa imagem.

Em abril de 1993, no Seminário Internacional *Território: Globalização e Fragmentação*, Milton Santos apresentou um texto seminal: *O Retorno do Território*. Nele, o geógrafo nos trouxe as noções de *verticalidades e horizontalidades* e discutiu a natureza do território no período da globalização onde presenciamos uma interdependência universal dos lugares. Porém, por mais que essa realidade se imponha, ela não é absoluta, ele alerta. A globalização se impõe de maneira seletiva, atingindo pontos que se unem em um complexo sistema de redes. Contudo, não é todo o território que se moderniza. Não é toda a nação e nem mesmo toda a cidade que se torna global. Para ele, a globalização aporta no território um sistema de redes atingindo pontos escolhidos. Mas o território não é apenas constituído de redes e pontos. Milton Santos evoca assim o conceito de *espaço banal* — espaço de todos — que seria a oposição à noção de redes⁵. Pois para ele é o

território habitado que cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. (...) Pois se tratando de território não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (SANTOS, 2005, p. 138).

Gostaríamos, então, de traçar uma relação entre a natureza deste *território usado* com o que estamos presenciando na região portuária do Rio e o impasse que hoje constatamos de disputas e silenciamento.

O Projeto do Porto Maravilha sofreu um conjunto de modificações desde seu lançamento inicial. Entender essas mudanças de rumo e de discursos revela conflitos e contradições existentes. Em um primeiro momento,

por exemplo, no Píer Mauá se projetava um grande parque aberto com um palco para shows e bancos. Desejava-se um lugar de descanso e contemplação. Somente depois este espaço foi destinado ao grande projeto de Calatrava (arquiteto espanhol de renome internacional) para criar ali o Museu do Amanha. Não poderia faltar no Rio de Janeiro um museu nos moldes internacionais capaz de atrair, para a nova região, os turistas do mundo. A enorme reforma e modernização dos dois imóveis da Praça Mauá para a criação do Museu de Arte do Rio não era suficientemente atrativa para a magnitude da qual o Porto Maravilha se propunha naquele momento. Não que o projeto do MAR tenha sido modesto, muito pelo contrário. Esse equipamento cultural em pleno coração do PM seria vistoso e capaz de chamar a atenção dos habitantes e turistas para que assim pudessem dar legitimidade — e credibilidade — ao que se desejava empreender. Por esse motivo, essa foi a primeira obra entregue, ainda em 2013. Trata-se de um restauro e *retrofit*. Primeiramente do Palacete Dom João VI, imóvel da segunda década do século XX, que foi construído logo após as reformas de Pereira Passos na região portuária. Tratava-se de um prédio em estilo eclético erguido para sediar a Empresa Brasileira de Portos. Passou por outros usos até o ano de 2000 quando teve seu tombamento pela prefeitura. Porém isso não foi suficiente para garantir a preservação do edifício que foi abandonado, sofrendo um incêndio em 2010⁶. No ano de 2011, a Fundação Roberto Marinho — em parceria com a própria prefeitura — assumiu o palacete e o edifício vizinho a ele, o antigo Terminal Rodoviário Mariano Procópio. Esse segundo é um edifício modernista, que data de 1950. Sua marca são os imponentes pilotis que ocupam o térreo. O projeto para abrigar a Pinacoteca de Artes buscou integrar os dois equipamentos através de uma passarela suspensa, que uniu os prédios, uma praça no nível do chão e uma cobertura fluida feita em um isopor espacial esculpida por profissionais das escolas de samba que são especializados no uso deste material (SILVA, 2017). Por mais que o Museu de Arte do Rio tenha sido feito da junção de dois importantes edifícios históricos da cidade, a estratégia de marketing urbano não se baseou na ideia de resgate de memória e história da cidade. Explorou-se mais a ideia de modernidade em um resultado contemporâneo da fachada em vidro, vãos livres com vista para o mar e para as obras da Praça Mauá. Tudo projetado para uma boa fotografia — de preferência uma *selfie*!

Um pouco atrás do Conjunto do Museu de Arte do Rio está a área do Cais do Valongo. Essa região, no projeto inicial, estava destinada a virar um enorme estacionamento para veículos particulares. Porém, com as obras de

construção de novas redes de água e esgoto, assim como o cabeamento de redes de fibras óticas, as ruas foram abertas e um passado soterrado voltou à vida. Conforme as britadeiras furavam o asfalto e as carriolas retiravam quilos de terra, foram aparecendo objetos variados: cachimbos, brincos, restos de utensílios domésticos, amuletos e objetos de cultos originários do Congo, de Angola e Moçambique. Uma infinidade de vestígios arqueológicos surgiu nas mãos dos trabalhadores das construtoras que comprovavam a presença, naquela região, de uma população negra escravizada. Não havia tempo para fazer uma delicada retirada dos objetos encontrados. O cronograma das reformas era estabelecido pela urgência dos Jogos Olímpicos que se aproximavam e que estabeleciam prazos apertados. Foram colocados contêineres ao lado das valas abertas e parte da terra retirada era destinada a um conjunto de algumas peneiras, que separavam esse material da terra do aterro.

Neste momento, o que ficou visível aos olhos foi o ressurgimento de várias histórias sobrepostas. Primeiramente, o antigo Cais do Valongo, que era um ancoradouro de 1811 e que recebeu entre 500 mil a 1 milhão de negros escravizados. Mesmo após a proibição do tráfico, entravam por essa localidade, clandestinamente, levas e mais levas de africanos. No ano de 1843, para a chegada da princesa Tereza Cristina, que viria a se casar com D. Pedro II, foi construído um novo porto, aterrando o anterior. Esse agora passou a se chamar Cais da Imperatriz. Meio século mais tarde, em 1904, uma nova reforma modificou a região portuária e Pereira Passos providenciou um grande aterro que levou a borda do mar para distante desta área. Estavam ali expostos, literalmente em camadas, passados de lutas, de tortura, de dor que os negros trazidos a força deixaram nesta região que era a porta de entrada destes sujeitos da diáspora africana. Era como se o chão aberto pudesse permitir que os vivos ouvissem a voz e os gritos destes mortos que foram silenciados por séculos na violenta história do nosso país. O interessante foi notar um conjunto de movimentos sociais, sensíveis a essas narrativas de memória de dor e sofrimento, se articulando politicamente diante dos achados.

É bem verdade que nada disso era novidade nem para os estudiosos e nem para o próprio movimento negro. Desde o ano de 1996 esse assunto ganhou notoriedade quando um casal comprou um pequeno sobrado no bairro da Gamboa e, ao executar obras de reforma no banheiro, encontrou ossadas humanas. Levadas às autoridades, os arqueólogos atestaram que esses restos de corpos faziam parte de um grande cemitério dos Pretos Novos que, na documentação histórica, existia na região⁷. Sabe-se que os negros escravizados

que morriam na travessia do Atlântico eram, simplesmente, jogados ao mar. Entretanto, os indivíduos que morriam desde a entrada da baía da Guanabara até serem comercializados nos mercados de negros (quando passava a ser de responsabilidade de seus senhores) eram jogados em valas numa região distante do centro da cidade — justamente esta região da Gamboa. Em torno destes achados, um grupo de pesquisadores e militantes dos movimentos sociais trabalharam com afinco nos últimos anos junto ao Instituto dos Pretos Novos para construir essa memória e preservar essa narrativa dentro de uma história oficial que invisibiliza a presença negra na região.

Entretanto, os achados dos dois antigos ancoradouros, assim como essa imensa coleção de mais de 1.200.000 objetos⁸ recolhidos com as escavações, passaram a contar a história dos negros na região de maneira muito contundente. Esse fato serviu como catalizador de um conjunto de demandas de reconhecimento e de reparação por parte dos movimentos negros, dos moradores da região, sendo apoiado por diferentes grupos acadêmicos. Por mais que no interior deste movimento possamos encontrar discordâncias e conflitos, o fato é que se conseguiu construir uma contra-narrativa poderosa diante do modelo inicial do projeto do Porto Maravilha. Isso se iniciou ainda em 2013, em torno dos trabalhos da arqueóloga do Museu Nacional Tania Andrade Lima, responsável pelos trabalhos de escavação na região do Cais do Valongo.

No ano de 2014, tem início um grupo de trabalho para a montagem da candidatura junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) do Cais do Valongo como *Sítio de Memória Sensível*. Isso se dá de fato em 2016, em uma articulação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no governo Dilma, da prefeitura do Rio, no governo Eduardo Paes, e de um conjunto de técnicos, acadêmicos e membros dos movimentos sociais que entendem que os achados possuem uma enorme importância para a memória negra. A candidatura defende que o tráfico de africanos é o maior processo de migração forçada da história da humanidade e anuncia seu conteúdo de dor e tragédia. Com isso, reivindicam o direito à memória da maior parte do povo brasileiro, herdeiro desta população escravizada. Isso porque os objetos achados no sítio arqueológico revelam a pluralidade de matrizes africanas trazidas para o Novo Mundo e a capacidade dos escravizados em expressar suas identidades ao mesmo tempo que as reinventavam na situação de cativo. Mas não diz respeito apenas à história do nosso país, pois igualmente se refere à história de toda a humanidade. No ano seguinte, em 2017, o título é outorgado ao sítio em uma

cerimônia a céu aberto. Em 2018, a UNESCO entregou oficialmente o título em um evento no MAR.

Olhando esse conjunto de disputas territoriais e simbólicas podemos compreender o que Milton Santos anunciava sobre verticalidades e horizontalidades como forças opostas. As verticalidades seriam as forças que atendem aos interesses de fora, aos das grandes empresas, do mercado, das normas utilitárias e parciais oriundas dos agentes hegemônicos. As horizontalidades, ao contrário, seriam as forças que atendem à totalidade dos atores, forças locais. Território é a resistência⁹. O que assistimos nestes anos é justamente esse conjunto de disputas. Por um lado, os vetores das verticalidades que atingem o território reclamando modernizações que atendam os interesses dos agente do poder hegemônico, das grandes empresas, das construtoras e empreiteiras, do capital internacional, dos interesses turísticos. De outro lado, a resistência dos sujeitos locais: movimentos sociais exigindo seu espaço de memória, pequenos comerciantes resistentes à expulsão e os próprios moradores que resistem às remoções, em especial. E mais do que isso, verificamos aqui uma horizontalidade que é formada, por assim dizer, entre uma irmanação entre “mortos” e “vivos”. A presença pulsante desta memória oriunda dos antigos escravizados é aqui entendida como materialidade e passa a disputar o direito à existência e à presença física no espaço. Ela é cultuada por seus descendentes que, muitas vezes ameaçados de expulsão, compreendem que esse território ancestral os pertence por direito. Há uma complexa articulação — interessantíssima — que alterou o jogo de forças inicialmente projetado para o futuro da área do Porto Maravilha.

Parte 3: O Mundo é um conjunto de contradições, de conflitos e de possibilidades — o jogo de força e os impasses do legado

No prefácio da edição brasileira do livro de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, Lília Schwartz se pergunta como é possível, em meados do século XIX, a nossa identidade ser entendida como europeia ou, no limite, indígena justamente num Brasil que, naquele momento, tinha 80% da sua população negra e mestiça. A ideia de nação é construída por um conjunto pequeno de memórias e um conjunto gigantesco de esquecimentos, como afirma Anderson (2008). Por esse motivo, acreditamos que a constelação de diferentes interesses que estão acionadas em torno de um projeto como o do

Porto Maravilha, revelam muito da nossa formação socioespacial. Do nosso desejo de modernização sempre incompleto e seletivo, da dedicada atuação do Estado em trabalhar em prol dos interesses privados em uma verdadeira *urbanização corporativa*¹⁰. Mas revelam, também, disputas e resistências que, por mais que sejam silenciadas e soterradas, retornam e ganham novo vigor quando menos se espera. O território usado nos possibilita essa revanche!

Desde 2012, diante dos achados arqueológicos, todos os anos, mães de santo realizam um ritual de lavagem e purificação do sítio, em homenagem aos antigos moradores do lugar. É um momento de reunião de capoeiristas, fiéis das religiões de matrizes africanas, músicos ligados ao samba e a outros ritmos afro-brasileiros, quituteiras, movimentos sociais, acadêmicos e simpatizantes que, em festa, se reúnem em torno das pedras do cais em nome da memória dos ancestrais, como mostra a imagem abaixo.

IMAGEM 1: Ritual de lavagem do Cais do Valongo.



Fonte: Milena Melo, 2019.

Rememoram de forma a ocupar com seus corpos negros esse lugar em disputa. Essa presença é fundamental para que se possa narrar outras histórias. É sempre uma disputa territorial num constante jogo de lembranças e esquecimentos. Os dois museus da Praça Mauá, projetados para estarem a serviço das belas artes e dos interesses dos turistas internacionais, abrem espaços de exposição e de eventos que dão vozes a esses outros sujeitos, dentro do próprio corpo de funcionários e curadores, inclusive. Ou seja, precisamos observar as “frestas” e as resistências dentro e fora das organizações. Não é possível imaginar instituições como “blocos monolíticos” sem carregar igualmente os conflitos internos. Tudo é disputa, tudo é presença e ausência. Os diferentes interesses estão em todas as partes, vamos sempre lembrar. O esforço de técnicos, acadêmicos e membros dos movimentos sociais logrou um efeito importantíssimo com a conquista do título de *Sítio de Memória Sensível*, semelhante ao que foi atribuído ao Campo de Concentração de Auschwitz: local da memória da dor e da violência. Isso recoloca nossa identidade de nação em outro patamar, evoca outras “imaginações” como nos instigou Benedict Anderson. Somos, afinal, um povo de trato cordial e cheio de amabilidades onde o racismo e a discriminação não existem? Como vamos agora re-imaginar nossas identidades? Essa é uma mudança importantíssima na pauta da nossa construção identitária. E devemos isso à coragem e ao engajamento de um conjunto de atores que souberam compreender a importância simbólica e política que o Rio passou. Por isso, conhecer mais a fundo como se deu essa articulação é fundamental e urgente. E também perceber o quanto esse discurso pode ser captado indevidamente para uma falsa construção de igualdade e democracia racial.

O momento atual é absolutamente complexo e instável. Os conflitos que se instauram hoje na região revelam nossas contradições. Primeiramente, corremos um risco real da perda do título outorgado pela UNESCO. Isso porque cabia ao Governo Federal e à Prefeitura a construção de um Centro de Interpretação junto ao sítio. Isso faz parte das determinações da própria agência da ONU. A ideia original era usar para isso o prédio das Docas Pedro II, edifício que fica justamente na frente da área, e que foi construído pelo engenheiro negro André Rebouças no período do Império, que contratou somente trabalhador livre para erguer a obra. Simbolicamente — e pelo seu enorme tamanho — essa seria a melhor solução, imaginavam os envolvidos. Porém, o espaço está ocupado há quase duas décadas pela ONG Ação da Cidadania que, contrariada, não admite perder seu espaço. A briga se estende já por anos em ruidosas audiências públicas, em ações na justiça e brigas em

tribunais. No apagar das luzes do governo Temer, o então ministro da Cultura, Sergio Sá Leitão, declarou que era contra a retirada da ONG, gerando um imenso desconforto nos que lutavam por esse espaço. Nos nove meses que completamos sob o governo Bolsonaro, nem mesmo MinC temos mais. Ou seja, as etapas de resolução e efetivação do projeto assinado junto à UNESCO se tornaram muito mais confusas e a solução nos parece hoje inviável.

Dentro da própria prefeitura, temos um conjunto de conflitos e indefinições em torno do nome de Nilcemar Nogueira, que respondeu por anos pela pasta da secretaria municipal da cultura. Em sua gestão ela empreendeu um gigantesco esforço na construção do que ela denominou *Museu da Escravidão e da Liberdade* (MEL). Segundo sua proposta, esse museu seria construído coletivamente e ocuparia a Doca Pedro II, servindo igualmente para abrigar o Centro de Interpretação. Porém, ela deixou a pasta no início do ano, anunciando que iria se dedicar exclusivamente à construção do museu em um órgão criado para tal, submetido diretamente à Casa Civil. Contudo, em julho deste nosso controverso ano de 2019, os jornais anunciaram que ela foi demitida do cargo e em seu lugar, Pedro Paulo Nogueira assumiu a pasta. Vale citar que esse senhor é seu irmão.

São muitos os fronts de disputa. Vamos listar alguns: o Instituto Pretos Novos (IPN), instituição da região que recebe, segundo eles, anualmente mais de 20 mil visitantes, ameaça fechar as portas, pois perdeu a patrocínio da prefeitura na gestão Crivella. E a própria cerimônia de lavagem, ato simbólico de congregação dos sujeitos envolvidos, no ano de 2017, teve sua data mudada arbitrariamente. Ao invés de ocorrer no primeiro sábado de julho, como de costume, a festa foi marcada para uma segunda-feira inviabilizando a participação de todos os indivíduos que trabalham, gerando um deliberado esvaziamento do ato. Muito se discutiu se essa resolução não estaria ligada ao desejo do prefeito assumidamente evangélico em inviabilizar as festas de tradição afro-brasileiras. Em 2018, a festa voltou a ocorrer no sábado. Ou seja, a disputa é permanente: corporal, institucional, política e simbólica.

O que estamos querendo mostrar é que o legado do Porto Maravilha é ainda um confronto de imaginações (ANDRESON, 2008) e narrativas. Um conjunto de verticalidades que, como sabemos, não se efetivou por completo com os Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) encalhados, com os edifícios já construídos vazios e um desinteresse das empreiteiras e construtoras em investirem em novos empreendimentos na região. Um impasse sem tamanho para a Caixa Econômica Federal que vislumbra ter que

assumir um prejuízo sem precedentes com suas ações cada vez mais desvalorizadas¹¹. Mas é também um conjunto de horizontalidades que disputam o território reivindicando o direito de existir, ocupar, festejar, viver e ritualizar naquela área. Há um impasse gravíssimo diante dos acordos firmados junto a UNESCO e as mudanças de governo que desautorizam as determinações tomadas durante os últimos anos, um conjunto de ações que buscam desarticular os movimentos sociais em diferentes escalas. Porém, o que julgamos mais grave é um conjunto de construções simbólicas e ideológicas que, a primeira vista, são acolhedoras das reivindicações do povo negro, porém insistem em deixar *no passado* essa memória como se as violências não fossem cotidianamente atualizadas. É como se a região portuária tivesse sido um dia cenário de escravidão e dor, mas hoje — como por milagre, — a região estivesse livre de violências e racismos. Exemplo melhor não podemos dar: no ano de 2017, justamente no evento a céu aberto que comemorava o título dado pela UNESCO, foi montado um palco junto ao Cais. Por ali passaram líderes dos movimentos negros, autoridades das instâncias municipais e federais, pais e mães de santo, mestres de capoeira, mas as lideranças do Quilombo Pedra do Sal não foram chamadas ao palco, não tiveram voz. Eles, justamente os herdeiros dos negros escravizados, que reclamam o direito de permanência nos sobrados que foram de seus ancestrais, não eram legitimados no conjunto de reivindicações. Era como se a luta se resumisse à memória dos mortos e não se estendesse às necessidades dos vivos que é sempre urgente e inquietante. É como se a violência vivida no país, quando admitida, é sempre pretérita e nunca atualizada.

O legado é ainda um campo de disputa. E, como dizia Milton Santos, o mundo é sempre um conjunto de possibilidades. É sim a realidade que se instala, mas são também as possibilidades que não se realizam, mas que, como potência, podem um dia se realizar. Por isso, nada é imutável. O contexto que vivemos não é muito promissor, sabemos. Se alcançamos algumas interessantes conquistas, elas nunca foram suficientes. Contudo, mesmo essas pequenas conquistas correm o risco de desaparecer. Existe de fato o risco de silenciamentos das demandas e dos conflitos, como sempre. É tempo de necessária conversa para que possamos nos ouvir, pensar juntos e voltar a sonhar os futuros possíveis. E que os desejos dos que se foram, possam ser nosso impulso de luta, pois somente assim se atualiza a vida. Que a dor dos negros e negras que morreram, de humilhação, de saudade e de injustiça seja nosso impulso de propósito. Que os pedidos do colega Gilmar possam ser atendidos com coragem. Eles, todos eles, foram semente e foram flor que

nasceu em solo duro de pé de moleque, como as pedras roladas do Cais do Valongo. Em nome deles todos que sonharam um mundo mais justo, trabalhamos nós duas, de mãos dadas.

IMAGEM 2: Flor sobre os pés de moleque.



Fonte: Milena Melo, 2019.

Notas

1 Para a administração deste conjunto de títulos a Caixa Econômica Federal criou um fundo imobiliário que trabalharia em suas vendas. A expectativa anunciada era de revendê-los aos investidores, gerando um montante de R\$ 10 bilhões. Porém, até meados de 2018, só 9% dos títulos haviam sido vendidos, criando uma crise sem precedente para o banco (e para o FGTS dos trabalhadores).

2 Os impasses na política urbana também merecem atenção. Ver o interessante artigo de Betina Saruê, disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/O-Rio-maravilha-um-legado-a-descobrir>. Acesso em: 4 dez. 2019.

3 Texto “Do universalismo moderno ao regionalismo pós-crítico” também incluído, posteriormente, no volume de 2001.

4 Utilizaremos também aqui o termo “refuncionalização” urbana quando desejamos tratar, de maneira genética [Autoras: é genética ou genérica?], políticas que busquem mudar as funções urbanas. Existe uma ampla discussão (já feita à exaustão) sobre os termos a serem utilizados para definir essas reformas em áreas urbanas consolidadas. “Revalorização”, “revitalização” e vários outros termos que tentam esconder, como afirmou Otília Arantes (2000), seus reais interesses gentrificadores. Tratam-se de projetos que incluem, em seus objetivos, uma revalorização imobiliária e fundiária que, no final das contas, querem trazer “nova vida” às áreas selecionadas, pois “as vidas” que lá existem não lhes interessam. E, finalmente, seguindo a definição de Maricato (2001), usaremos “reabilitação” nos casos de desenhos de projetos que buscam melhorar urbanisticamente a região, levando em consideração o patrimônio histórico material e imaterial. Em alguns casos, pudemos inclusive verificar a presença de certos dispositivos normativos para garantir a permanência dos moradores originários.

5 Horizontalidades são os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma contiguidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes

uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. (...) A ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede. As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justificam a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (SANTOS, 2005, p. 139)

6 Vale dizer que, no ano de 2004, o então prefeito César Maia foi procurado pelo banqueiro Edimar Cid Ferreira, proprietário do Banco Santos, com a intenção de comprar o prédio. Porém, com a liquidação do banco e a prisão de Edimar, a situação judicial se complicou. Em 2004, o Fundo de pensão Portus e o BNDES anunciaram a intenção de recuperar o prédio e de fazer dele um Centro cultural, porém a ideia não vingou. O palacete ficou abandonado e foi ocupado por moradores sem teto até o ano de 2011.

7 O Instituto dos Pretos Novos, criado em 2006 após 10 anos dos achados do Cemitério dos Pretos Novos, consiste num local onde foram depositados os restos mortais de jovens, mulheres, crianças e homens africanos trazidos do continente africano. Estima-se que o cemitério tenha recebido entre 50.000 a 100.000 corpos dos pretos novos. Neste local, situado na Gamboa por ocasião de uma obra realizada na fundação da casa, foram encontradas ossadas humanas a poucos centímetros da escavação. Ele integra, junto com outros cinco pontos históricos da Zona Portuária, o Circuito Histórico e arqueológico de celebração da herança africana, instituído em decreto pela prefeitura, em 2011.

8 Segundo a arqueóloga Tania Andrade Lima, foram encontradas nas escavações mais de 1.200.000 peças associadas à diáspora africana. Tratam-se de figas, contas, crucifixos, chifres, garras e búzios. Anéis metálicos e pulseiras. Para saber mais, veja o Dossiê Cais do Valongo, documento que serviu de base para a

inscrição da candidatura brasileira na UNESCO. Disponível em: http://portal.iphhan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf, Acesso em: 4 dez. 2019.

9 “A arena de oposição entre o mercado — que singulariza — e a sociedade civil — que generaliza — é o território, em suas diversas dimensões e escalas. Por enquanto, o lugar — não importa sua dimensão — é a sede desta resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território) (SANTOS, 2005, p. 143).

10 “Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas: o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece a mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação etc.”. (SANTOS, 1990, p. 95).

11 Para saber mais: Crise do Porto está nas mãos da CAIXA. Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/porto-maravilha-em-crise-o-futuro-nas-maos-da-caixa>. Acesso em: 4 dez. 2019.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE LIMA, T. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 177-207, jan.-jul., 2013.

ANDRADE, Julia Santos Cossermelli de. **Urbanização Corporativa e a Revalorização de áreas centrais**: uma luz na Geografia das Desigualdades. 2007.

Doutorado (Tese em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo / Universidade Paris 1 Panthéon Sorbonne, São Paulo / Paris., 2007.

ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 2ª ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2001.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **Retour en ville**: des processus de “gentrification” urbaine aux politiques de “revitalisation” des centres. Paris: Descartes & Cie, 2003.

COPANS, Rose. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. In: EMURB. **Caminho para o Centro**:

estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Empresa Municipal de Urbanização, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano XVI, n. 39, p. 48-64, 1996.

JOSÉ, Beatriz Kara. **Políticas Culturais e negócios urbanos**: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: FAPESP / Annablume, [Autoras, poderiam adicionar a data da publicação?]

LEFEBVRE, Henri. **La Production de L'Espace**. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. Campinas-SP / Aracaju-SE: Editora da Unicamp / Edita UFS, 2007.

MELO, M. P. ; PACHECO, W. F. C. Mercantilização da Zona Portuária do Rio de Janeiro e a produção de espetacularizados. **Revista Continentes**, v. 8, p. 202-231, 2019.

MELO, M. P. . **Governança Urbana na Zona Portuária da Cidade do Rio de**

Janeiro: o Cais do Valongo enquanto oportunidade de negócios ou legitimidade cultural. VII Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações, Diamantina-MG, 2018. Disponível em: <http://neer.com.br/coloquio/wp-content/uploads/2018/10/Anais-NEER-final.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva.

À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond / IPNHAN, 2007.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa e fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SÉNÉCAL, G.; MALÉZIEUX, J.; MANZAGOL, C. **Grands Projets urbains et requalification**. Paris: Publications de la Sorbonne et Press de l'Université du Québec. 2003.

SILVA, Maiane Ramos da. **Reabilitação de edifícios e sustentabilidade no contexto das obras do Museu de Arte do Rio (MAR)**. 2019. Graduação (Monografia em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2017. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10020927.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

Recebido em: 11/10/2019

Aprovado em: 02/12/2019